cta n.º 23 da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Barcelos realizada a trinta de Outubro de dois mil e catorze. ----------

----------Aos trinta dias do mês de Outubro do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de Barcelos, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal compareceram além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Miguel Jorge da Costa Gomes, os Senhores Vereadores: Dr. Domingos Ribeiro Pereira, Dr.ª Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dr. José Carlos da Silva Brito, Dr. Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Maria Elisa Azevedo Leite Braga, Dr. Domingos José da Silva Araújo, Dr. Félix Falcão Araújo, Dra. Rosa Cristina Rodrigues Barbosa, Dr. António Jorge da Silva Ribeiro e Engº Manuel Carlos da Costa Marinho. ----------

----------Sendo dez horas e trinta e três minutos e depois de todos haverem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.----------

----------ORDEM DO DIA:----------

----------1. PROPOSTA. Opções do Plano e Orçamento para 2015.--------

----------Todos os anos e até à primeira metade do mês de Outubro, o governo apresenta na Assembleia da República o OE (Orçamento de Estado) para discussão e aprovação até à primeira metade do mês de Novembro para vigorar no ano económico seguinte ao da sua aprovação.----------

----------Aqueles documentos determinam a política orçamental da administração pública, bem como influenciam toda a actividade económica do sector privado.--------

----------É também neste quadro de orientação estratégica e da previsão macroeconómica do governo que os municípios devem orientar toda a sua política na preparação dos seus orçamentos num quadro de regras previstas nos diferentes

instrumentos de controlo, particularmente no POCAL, no Regime Financeiro das Autarquias Locais e, naturalmente, na Lei de Enquadramento Orçamental.----------

----------Consequentemente, a elaboração dos orçamentos municipais para vigorar em 2015 tem de obedecer a novos critérios legais com implicações nos resultados a obter quanto à inscrição das receitas e das despesas e ainda à antecipação da sua elaboração que **terá de ser entregue ao órgão deliberativo (Assembleia Municipal) até ao último dia do mês de Outubro do ano que antecede a sua execução.----------**

----------Desde logo estabelece que todas as taxas a inscrever serão sempre efectuadas pela média das receitas cobradas nos últimos 24 meses, bem como as receitas provenientes da venda de bens de investimento não poder ultrapassar a média da venda desses bens nos últimos 36 meses.----------

----------Por outro lado, a receita corrente bruta cobrada deve ser igual à receita corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. ----------

----------Esta medida pode colocar em causa compromissos correntes inadiáveis que os municípios possam ter, pois ficam obrigados a libertar receitas correntes para investimento no mínimo igual às amortizações de passivos financeiros de cada ano.---

----------O valor das transferências inscritas no mapa do OE/2015 para o município é de 24,2 (vinte e quatro vírgula dois) milhões de euros e sobe em cerca de 1,6 (um vírgula seis) milhões de euros mas a perda acumulada nestes últimos 4 anos foi de cerca de 3,7 (três virgula sete) milhões de euros. Este aumento da transferência para o município é resultante do aumento da cobrança do IRS e da transferência de competências na área da educação.----------

----------Por outro lado, o município terá de contribuir para O FAM (Fundo de Apoio Municipal) regulamentado pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto e a comparticipação financeira do município será de cerca de 375 (trezentos e setenta e

cinco) mil euros com início de pagamento em 2015 e um total de cerca de 2,6 milhões de euros repartidos nos 6 (seis) anos seguintes.----------

----------O OE/2015 tem uma grande incidência para arrecadação de receitas nos orçamentos das famílias. É sobre as famílias que recai o maior esforço de austeridade. **Nesse sentido, o OE/2015 continuará a merecer do município um acompanhamento atento e de responsabilidade no sentido de dotar financeiramente a componente da acção social e da educação.----------**

----------Não obstante as limitações orçamentais numa conjuntura particularmente difícil, o município continuará a cumprir todos os critérios de redução da dívida municipal ficando aquém dos seus limites, a defender que o prazo médio de pagamento seja sempre inferior a 30 dias e a gerir os seus recursos numa perspectiva de responsabilidade e de solidariedade.----------

----------A responsabilidade na gestão municipal tem tido resultados particularmente positivos não comprometendo o investimento por um lado, mas estar atento às desigualdades sociais na defesa dos mais desfavorecidos. ----------

----------Quanto aos impostos directos, tem havido uma estabilização da sua cobrança desde 2011excepto no IMI que teve um crescimento significativo de 2011 a 2014, prevendo-se uma estabilização para os anos seguintes. A receita do IMI cobrada em 2011 foi de cerca de 6,8 milhões de euros e em 2014 e 2015 será de cerca de 9 milhões. Portanto também aqui é prevista uma estabilização da receita. Relativamente ao IMT, com peso significativo na receita, este tem vindo a aumentar ligeiramente, mas a partir de 2017, este imposto deixará de ser cobrado de acordo com a nova Lei das Finanças Locais cujo impacto negativo na receita corrente anual será de cerca de 3 milhões de euros. ----------

----------Quanto aos impostos indirectos e outras taxas têm tido uma diminuição muito significativa com forte impacto no Orçamento Municipal.----------

----------Consequentemente, a elaboração deste orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2015 não deixa de considerar os graves problemas do concelho, no contexto da crise que o país atravessa, mas com um grande sentido de responsabilidade na distribuição recursos financeiros disponíveis para acudir aos problemas crescentes que afectam o concelho, nomeadamente, o desemprego, sendo por isso muito importante um olhar atento na área da acção social, da educação e na proximidade com os agentes de todas as actividades económicas. --

----------Assim, e não obstante a constante diminuição da receita, este orçamento para 2015 apresenta um controlo muito rigoroso na política fiscal para não penalizar os munícipes, as famílias e as empresas.----------

----------Nestes termos será imperativo: ----------

----------1-Fazer uma avaliação sistemática por trimestre acompanhando a execução orçamental dentro dos seus limites, através da receita e da despesa para cumprimento das metas exigidas no endividamento municipal e demais orientações do OE 2015;----------

----------2-Continuar a cumprir as metas do endividamento abaixo do seu limite com controlo do serviço de dívida de médio e longo prazo e particularmente a diminuição do prazo médio de pagamentos para cerca de 30 dias, não obstante de acordo com os dados da DGAL relativos ao 3º trimestre de 2014 o PMP ser de 24 dias; ----------

----------3-Manter a cobrança de uma taxa de 0,35 do IMI nos prédios avaliados, (muito longe da taxa de 0,5 prevista na Lei) e uma taxa de 0,7 para os prédios não avaliados;----------

----------4-Continuar a cobrar uma Derrama sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) com preocupações de justiça e equidade fiscal numa avaliação de descriminação positiva, ou seja, ISENTAR as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, e a cobrança de uma taxa reduzida de 1,2 para os

rendimentos acima daquela valor. Esta medida é, do nosso ponto de vista, uma situação de justiça para aqueles com maior rendimento;----------

----------5-Continuar a praticar as mesmas taxas cobradas pelo município desde 2010, quando a Lei prevê a sua actualização de acordo com inflação de cada ano. De salientar que as referidas taxas não são actualizadas desde 2010 tendo algumas delas sido reduzidas ou até isentadas;----------

----------6-Continuar a considerar as juntas de freguesia como parceiros na gestão municipal, transferindo o equivalente a 200% do FFF por transferência de competências através de protocolo a renovar, bem como comparticipar financeiramente outros projectos em diferentes áreas de intervenção e que se entendam necessários.----------

----------7-Continuar a isentar as explanadas de ocupação da via pública, a cafés, bares, pastelarias e afins.----------

----------A redução significativa da receita – cerca de 6 milhões de euros para o ano de 2015 e naturalmente uma redução correspondente na despesa, refere-se, exclusivamente, ao atraso nas candidaturas ao novo quadro comunitário "Portugal 2020" que continuam indisponíveis até ao momento. No entanto, não significa que durante o ano de 2015 não possam surgir projectos de candidatura bastando para o efeito efectuar revisões ou alterações orçamentais. ----------

----------A dotação orçamental para 2015 será de cerca de 56,1 milhões de euros de receita e do mesmo valor na despesa. Como atrás já foi referido, há uma diminuição de cerca de 6 milhões de euros relativamente a 2014, devido à menor receita de capital proveniente do QREN e do novo QC como já referido. ----------

----------No entanto as receitas correntes mantêm-se inalteradas, ou seja a sua dotação é equivalente a 2014 mas com uma diminuição na despesa libertará receita corrente para despesa de capital. Nesse sentido, temos uma **receita corrente de cerca**

de 50,3 milhões de euros e uma receita de capital de cerca de 5,8 milhões de euros e uma dotação total de cerca de 56,1 milhões de euros.----------

----------Porém, a despesa corrente será cerca de 35,5 milhões de euros e a despesa de capital cerca de 20,5 milhões de euros.----------

----------Deste modo, podemos notar que há um saldo corrente de cerca de 14,4 milhões de euros vulgarmente designado por poupança corrente e cuja poupança é de 25%. O que permitirá uma despesa de capital em cerca de 20,5 milhões de euros.

----------São estas as linhas orientadoras para o orçamento e as grandes opções do plano para 2015.----------

----------Assim, nos termos da alínea c), nº 1 do artigo 33º, conjugado com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e ainda do nº 1 do artigo 45º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, proponho:----------

----------a) Que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano e Orçamento para o ano 2015.----------

----------Barcelos, 27 de Outubro de 2015----------

----------O PRESIDENTE DA CÂMARA,----------

----------(Miguel Jorge da Costa Gomes)----------

----------"Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.----------

----------Apesar de votar favoravelmente, o Sr. Vereador eleito pelo MIB-Movimento Independente por Barcelos, Engº Manuel Marinho, apresentou a seguinte declaração de voto, pelo facto de não concordar com o teor do documento respeitante ao Plano e Orçamento para 2015, mas deliberou aprovar submeter à Assembleia Municipal:----------

----------"Opções do Plano e Orçamento para 2015----------

----------Declaração de voto----------

----------Começo por fazer a análise dos documentos que constituem as Opções do Plano e Orçamento para 2015, respondendo a uma pergunta inserida no texto e que não teve uma resposta conclusiva. O executivo socialista interroga-se: MAS TERÁ O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015 UM IMPACTO NEGATIVO PARA OS MUNICÍPIOS?----------

----------No caso de Barcelos, a leitura dos documentos leva-nos a concluir que:----------As transferências do OE, por via do FEF e FSM, sobem 1.600.000 €.----------A comparticipação nas receitas do IRS varia de 1.902.557 € para 2.398.015 €, aumentando quase meio milhão de euros (495.458).----------As receitas provenientes do IMI aumentarão, nem que seja apenas pelo efeito da cessação da cláusula de salvaguarda, ainda que o executivo afirme que haverá estabilização, por razões óbvias.----------Como afirma, repetidamente, a maioria socialista, o Orçamento de Estado continua a ser carrasco para as famílias barcelenses, através da carga fiscal, da diminuição das prestações sociais e do flagelo do desemprego.----------Assim sendo, a resposta à pergunta suscitada só pode ser: O OE/2015 é melhor que o de 2014 para o município de Barcelos, mas continua a ser péssimo para as famílias barcelenses.----------Mas o mais grave é que são as mesmas famílias barcelenses castigadas fiscalmente pelo OE que vão contribuir directamente para o aumento das receitas do Município, por via do IRS e do IMI. Se não fosse trágico, seria cómico.----------Perante isto, o executivo socialista lamenta a austeridade a que os barcelenses estão submetidos pelo Governo, mas nada faz para atenuar esse pesado fardo. Lamentos de fachada.----------A novidade e a curiosidade, neste Orçamento, é a argumentação cada vez mais imaginativa que é utilizada para justificar a manutenção das taxas do IMI e do IRS.----------

----------Pressionados pela recente promessa de baixar o IMI para o mínimo, verificando os aumentos de receita do IMI e do IRS, directamente do bolso dos barcelenses para os cofres do município e constatando as dificuldades crescentes das famílias barcelenses, a maioria socialista socorre-se de justificações inacreditáveis.----------

----------Enredados na teia justificativa que vão tecendo, tentam passar a ideia que tudo resolvem e tudo compensam através de apoios sociais que dizem serão reforçados, relativamente a 2014.----------

----------Citamos dois excertos dos documentos. Primeiro, "O OE/2015 tem uma grande incidência para a arrecadação de receitas nos orçamentos das famílias. É sobre as famílias que recai o maior esforço de austeridade. Nesse sentido, o OE/2015 continuará a merecer do município um acompanhamento atento e de responsabilidade no sentido de dotar financeiramente a componente de acção social e da educação". Mais à frente, "… haverá um grande sentido de responsabilidade na distribuição de recursos financeiros disponíveis… sendo por isso muito importante um olhar atento na área da acção social".----------

----------Estas são as palavras que não passam de intenções, pois os factos, traduzidos pelos números, desmentem-nas clamorosamente.----------

----------Vejamos.----------

---------- Bolsas de estudo, em 2014 - 90.000 € (noventa mil euros), em 2015 – 90.000 € (noventa mil euros);----------

---------- Apoio às rendas de casa, em 2014 – 700.000 € (setecentos mil euros), em 2015 – 700.000 € (setecentos mil euros).----------

---------- Apoio à habitação social, em 2014 – 350.000 € (trezentos e cinquenta mil euros), em 2015 – 250.000 € (duzentos e cinquenta mil euros).----------

----------As grandes vítimas do OE/2015 são as famílias barcelenses, mas o executivo socialista nada faz para minimizar o seu infortúnio e podia.----------

----------De resto, os documentos não apresentam novidades, relativamente aos anos anteriores.----------

----------As Empresas Municipais, quase esvaziadas de funções, que passaram para os serviços municipais, continuam agonizantes, ligadas "à máquina" do orçamento municipal, para pagar aos administradores remunerados.----------

----------As despesas com os nomeados, assessores e avenças não há crise que as afecte.----------

----------Nas freguesias, a equidade fica-se pelo meritório protocolo dos 200% do FEF mas as distorções na atribuição de subsídios e nas obras executadas directamente pelo município são gritantes.----------

----------As dotações para investimento são cada vez mais magras. A palavra de ordem é empurrar com "a barriga para a frente" e assim todos os investimentos estruturantes deslizam para 2016, esperando por aprovações de candidaturas a fundos comunitários que me parecem duvidosas pois o novo quadro comunitário não privilegia obras rodoviárias.----------

----------É elucidativo verificar os números do investimento. Para 2015, €22.917.000 (vinte e dois mil novecentos e dezassete euros) ; para 2016, €59.847.000 (cinquenta e nove mil oitocentos e quarenta e sete euros).----------

----------O concelho continua adiado.----------

----------Pelo exposto e por achar que este Plano e Orçamento continuam a não contribuir para um novo paradigma de desenvolvimento para o concelho, voto contra.----------

----------Barcelos, 30 de Outubro de 2014.----------

----------O Vereador do MIB----------

----------(Ass.) Manuel Marinho."----------

----------Os Senhores Vereadores eleitos pela Coligação "Somos Barcelos" não concordaram com o documento relativo ao Plano e Orçamento para 2015 mas deliberaram aprovar submetê-lo à Assembleia Municipal para posterior discussão.

----------Os eleitos pelo Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto:-

----------"Os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a presente proposta no tocante ao envio do documento para apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento da Lei e cuja elaboração do presente documento da responsabilidade do Executivo Municipal corresponde, na ótica dos eleitos do Partido Socialista, à capacidade de gestão do Município. No entanto, e de acordo com a lei, o Partido Socialista apreciará e votará em sede do órgão deliberativo o presente documento, de acordo com a lei."----------

----

----------2. PROPOSTA. Ratificar a autorização de encargos plurianuais assumidos. ----------

----------Nos termos da deliberação da Assembleia Municipal de 22.06.2012, bem como nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, relativamente à autorização previa genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, propõe-se que a EX.MA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS delibere ratificar a autorização dos encargos plurianuais assumidos, nos quadros em anexo, respeitantes ao período de junho de 2014 a outubro do corrente ano, quanto a Programas do Centro de Emprego.----------

----------Barcelos, 27 de Outubro de 2015----------

----------O PRESIDENTE DA CÂMARA,----------

----------(Miguel Jorge da Costa Gomes)----------

----------Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.----------

----

----------3. PROPOSTA – Ratificação de Despachos do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal.----------

----------Presente para ratificação, os despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que aprovaram o seguinte:----------

---------- Cedência de 4 (quatro) galos médios – promoção turística no Programa TV – Porto Canal – divulgação e promoção do "Concurso Galo Assado 2014";----------

---------- Disponibilização de artigos de promoção turística no âmbito do projecto "Minho In":----------

---------- - 50 (cinquenta) livros de cada uma das rotas do artesanato (Figurado, Olaria, Bordados, madeiras, Ferro e derivados e Cestaria) e ----------

---------- - 50 (cinquenta) livros "Bordado de Crivo";----------

---------- Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal – Homenagem a D. António Barroso;----------

---------- Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal – Escola Profissional Profitecla; ----------

---------- Cedência do Salão Nobre – Sessão fotográfica da barcelense Sofia Carvalho.----------

----------Barcelos, 27 de Outubro de 2015----------

----------O PRESIDENTE DA CÂMARA,----------

----------(Miguel Jorge da Costa Gomes)----------

----------Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.----------

----

----------4. Aprovação da Acta em Minuta.----------

----------Propõe-se, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei Nº75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da presente acta em minuta.----------

----------Barcelos, 27 de Outubro de 2015----------

----------O PRESIDENTE DA CÂMARA,----------

----------(Miguel Jorge da Costa Gomes)----------

----------Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.----------

----

----------E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dez horas e quarenta e sete minutos, da qual para constar e por estar conforme se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim que a secretariei.----------

---------- ASSINATURAS ----------

O PRESIDENTE DA CÂMARA

_____

(Miguel Jorge da Costa Gomes)

OS VEREADORES

_____

(Domingos Ribeiro Pereira, Dr.)

_____

(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Drª)

_____

(José Carlos da Silva Brito, Dr.)

_____

(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)

_____

(Maria Elisa Azevedo Leite Braga)

_____

(Domingos José da Silva Araújo, Dr.)

_____

(Félix Falcão de Araújo, Dr.)

_____

(Rosa Cristina Rodrigues Barbosa, Drª)

_____

(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)

(Manuel Carlos da Costa Marinho, Engº)

SECRETARIOU

(Filipa Alexandra Maia Lopes, Drª)